

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 12 de abril de 2002

Ano 4 Nº 92

CPI quer esclarecer contratos sobre controladores de velocidade

(foto Jonas Lemos Campos)

A CPI dos Contratos adiou para segunda-feira (15) a definição das pessoas que irão esclarecer a situação legal dos contratos sobre controladores de velocidade nas rodovias catarinenses (“pardais”). De acordo com o presidente, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o adiamento foi solicitado pelo relator, deputado Lício Mauro da Silveira (PPB). A investigação dos contratos entre o Estado e estas empresas atende a requerimento do deputado Jaime Mantelli (PDT).



mente após o resultado. “O secretário nos explicou que as vagas – o restante delas – e o que surgir a mais serão preenchidas na medida em que houver disponibilidade”, disse Ciro. Ele informou que o Conselho e a Secretaria da Saúde formalizaram agenda em que se reunirão a cada dois meses para debater as questões do setor de saúde.

Na oportunidade, por solicitação do deputado Herneus de Nadal (PMDB), serão escolhidos os depoentes sobre a não contratação imediata dos aprovados em concurso feito pela Cidasc para fiscalização sanitária nas fronteiras do Estado.

Os contratos entre Estado e empresas instaladoras dos pardais ferem a Lei Estadual nº 11.375/00, que regulamenta a instalação dos controladores, que não podem ser reposicionados sem o conhecimento dos motoristas. “Queremos saber como estão estes contratos já que a lei vem sendo descumprida com o freqüente reposicionamento dos equipamentos com o único objetivo de flagrar e multar”, disse Mantelli. Ele comentou que os contratos eram de 98 e a lei foi promulgada em 2000. “A lei tem efeito retroativo. Os contratos anteriores tinham que ser adequados as suas exigências”.

Saúde – Na segunda-feira (8) a CPI ouviu o coordenador do Conselho das Entidades Médicas do Estado, Ciro Soncini, sobre os contratos temporários da Secretaria da Saúde. Soncini salientou que o fato do Estado realizar o concurso público para regularizar a situação foi o suficiente para deixar as entidades médi-

cas mais tranqüilas com relação à situação de 351 médicos com contrato temporário. No entanto, segundo lembrou Blasi, o total de vagas oferecido no edital do concurso está abaixo disso, fechando em 197 vagas para preenchimento imediata-

mente após o resultado. Cândido falou à CPI na semana passada, quando trouxe todas as leis que permitiram a prorrogação dos mais de 1.800 contratos temporários sem que o Estado realizasse concurso público, desde 1993.

Presidente da AL promulga leis

O controle de velocidade nas rodovias estaduais deverá acontecer apenas através de equipamentos que emitam sinais sonoros e visuais. Esta lei promulgada essa semana pelo presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), entrará em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

A nova lei pretende garantir o respeito aos motoristas que têm recebido multas registradas pelos 26 radares instalados nas rodovias estaduais, em muitos casos sem a devida sinalização de alerta. Para se ter uma idéia, no orçamento do Estado para 2002 a previsão de arrecadação com multas de trânsito é de R\$ 57 milhões.

Outras quatro leis promulgadas por Agostini:

- **Definição** de diretrizes para política de prevenção e atenção integral à saúde de pessoas portadoras de diabetes atendidas pelo SUS no Estado;

- **Fixação** de 90 dias como prazo mínimo de validade das certidões negativas de débito emitidas pelos órgãos estaduais;

- **Alteração** da lei do ICMS quanto à emissão do cupom fiscal;

- **Garantia** aos prefeitos municipais e aos representantes de associações de municípios do direito de efetivar a defesa oral da restrição imposta nos casos de indeferimento ou deferimento parcial dos recursos sobre valor adicionado em segunda instância, em hora e local pré-determinados pela Secretaria da Fazenda.

OPINIÃO

Os novos desdobramentos da CPI do Leite



Faltando poucos dias para a entrega do relatório final, a CPI do Leite da Assembléia parte para a execução de um trabalho conjunto com as comissões de inquérito instaladas em outros Estados da Federação. A partir de uma audiência pública que será realizada no dia 16 deste mês, na comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, daremos início à elaboração de uma política nacional para o setor produtivo de leite.

Como presidente da CPI em Santa Catarina, entendo que o Congresso Nacional não pode mais permanecer às margens de um debate que se trava nos bastidores, envolvendo produtores, industriais e distribuidores sobre a produção e a comercialização do leite e derivados no país. Uma cadeia que, normalmente, empobrece os pequenos produtores e atinge em cheio o bolso do consumidor.

A proposta de criação de um Fórum Permanente para o setor, debatida em uma reunião das CPIs em Belo Horizonte, ano passado, pode ser uma das saídas para o aperfeiçoamento da produção. Daquele encontro, nós parlamentares constatamos que os problemas são seme-

lhantes. Além da falta de fiscalização da qualidade do leite e dos produtos derivados, há abusos nos preços praticados nos supermercados, os produtores acumulam prejuízos e o monopólio na fabricação de embalagens é real.

É preciso reconhecer que a atuação, até aqui, das CPIs estaduais colocou esses problemas em evidência. No entanto, a participação dos parlamentares federais poderá resultar em medidas práticas de regulamentação e desenvolvimento da cadeia produtiva. A idéia de uma CPI nacional merece consideração, pois tende apontar outras necessidades e demonstrar quem são realmente os grandes vilões desse rico mercado.

Por isso, volto a insistir, que a reunião em Brasília é de suma importância e pode ser decisiva. Tenho certeza que a troca de informações acerca da situação do mercado proporcionará um debate nacional. O governo federal precisa, urgentemente, interferir nessa cadeia. A população exige esclarecimentos sobre a qualidade do leite produzido e a política de impostos. Quem produz e quem leva a maior fatia do mercado? Não dá para admitir preços tão elevados. Os responsáveis pela industrialização e comercialização do leite no Brasil devem explicações ao consumidor.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)

moacir@alesc.sc.gov.br

Licença para viver



Em decorrência do trágico acidente ocorrido em 20 de março na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, quando um jet ski desgovernado provocou a morte de uma criança, encaminhei projeto de lei que dispõe sobre a proibição da locação desse tipo de equipamento e normas decorrentes da manutenção, conserto e sua alienação.

Sábado de páscoa repetiu-se a cena na praia do Pântano do Sul, também na Capital, quando um condutor inabilitado provocou sério traumatismo craniano em um mergulhador.

Não podemos admitir que estas tragédias continuem acontecendo sob nossos olhos. Precisamos levar em consideração que, principalmente no período de verão, é grande o número de jets skis nas praias catarinenses sem documentação de procedência, sendo usados por pilotos inabilitados sem as mínimas normas de segurança.

Ouvimos a respeito pronunciamentos entusiastas de autoridades estaduais e federais que de nada adiantou. Esse não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmar ou de usar leis tranquilizadoras. A ausência de controle presta um desserviço no nosso Estado.

A implantação dessa regra pertinente à emissão de relatórios por

parte das pessoas físicas ou jurídicas que realizem a manutenção, o conserto e a alienação, que certamente permitirá melhor fiscalização dos mal estruturados setores públicos, inibirá a prática de ilícitos com os equipamentos, uma vez que os próprias prestadoras de serviço terão de verificar a regularidade dos mesmos para a prática de suas atividades.

Como instrumento de fundo aparece a diminuição de equipamentos irregulares e o aumento dos cuidados dos usuários quanto a acidente e a segurança das pessoas que encontram-se sob o eminente risco de serem atingidos pela imprudência alheia.

A fiscalização da presente lei e as autuações decorrentes do seu descumprimento ficarão a cargo de órgão designado pelo Poder Executivo, estendendo-se aos governos municipais.

As dificuldades de integração por parte da sociedade em uma ação conjunta poderão ser feitas através de campanha publicitária feita em parceria com empresários do ramo e os órgãos competentes ligados ao Estado e aos municípios.

Juntos realizaremos muito em favor do lazer garantindo segurança para os catarinenses e os que visitam nossa região litorânea.

Deputado João Rosa (PTB)

joaorosa@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian

Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

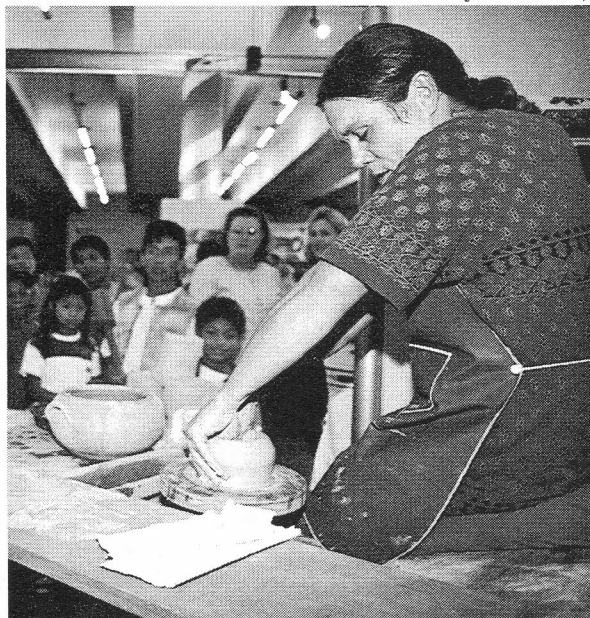
PRESIDÊNCIA

Retratos de Santa Catarina mostra Palhoça

Índios guarani, da Reserva de Maciambu, apresentações artísticas e de oleiros, artesanato e obras de arte marcaram a solenidade de abertura de exposição do município da Grande Florianópolis, realizada nessa terça-feira (9), às 19 horas, no hall da Assembléia.

Presentes à cerimônia o prefeito Paulo Vidal (PFL), o vice-governador Paulo Bauer, o ex-governador Ivo Silveira, lideranças políticas da cidade e os deputados Onofre Agostini (PFL), presidente da Casa, Ideli Salvatti (PT), Manoel Mota (PMDB), Sandro Tarzan (PPB), Cesar Souza (PFL), Ivan Ranzolin (PPB) e José Paulo Serafim (PT).

Com mais de 100 mil habitantes e colonizado a partir do século XVIII, Palhoça vai completar, no dia 24 de



(foto Carlos Kilian)

Oleira demonstra sua arte

abril, 108 anos de emancipação política. Vidal enalteceu a cultura e o rápido desenvolvimento industrial do município, assim como o potencial turístico, com praias de renome nacional como a Guarda do Embaú. Paulo Bauer destacou que o *Projeto Retratos de Santa Catarina* faz os municípios se afirmarem politicamente. Lembrou que Palhoça tem um grande potencial para novos negócios na maricultura, no comércio e no ensino superior.

Para Agostini, o projeto revela aos catarinenses a riqueza dos municípios dos mais diferentes rincões do Estado. "Quanto à Palhoça, terra do ex-governador Ivo Silveira, que ele defende com toda garra, parabéns pela pujança de sua economia e a riqueza cultural de seu povo".

Encontro de Vereadores em Ituporanga

Numa promoção da Associação Catarinense das Câmaras Municipais (Uvesc), foi realizado no último final de semana, no Parque Nacional da Ceboleira, o 35º Encontro Estadual de Vereadores, que teve como palestrante o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL). Na ocasião, o parlamentar entregou ao prefeito Carlos Hoegen (PPB) e a autoridades municipais exemplares do encarte *Municípios*

Catarinenses em Cadernos - Ituporanga, editado pelo Arquivo Permanente da Casa com os documentos históricos do município de 1948, ano da criação, a 1977.

O presidente da Câmara Municipal de Ituporanga, Valdevino Eifler, salientou a importância da integração entre os vereadores

para reivindicar pleitos de interesse dos municípios, como a participação nos recursos da CPMF. "Quanto à Assembléia, parabênz pelo *Projeto Retratos de SC* e peço ajuda para as lutas do Alto Vale. Agradeço também por resgatar a história do nosso município".

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, Onofre frisou que se sua edição ocorresse há 50 anos o Brasil seria outro, mas atualmente se torna inviável. "O prefeito tem que cumprir uma lei que a sociedade não está acostumada a cumprir, precisa ser educada. O prefeito de Passos Maia, na região oeste, deu o exemplo. Distribuiu uma cartilha à população informando o que podia e o que não podia ser feito pela



(foto Carlos Kilian)

Onofre fala aos vereadores

administração".

Festa da Ovelha - São Cristóvão do Sul, a 18 km de Curitiba, comemorou no fim de semana 10 anos de emancipação política e promoveu a *Festa da Ovelha*. Na sexta-feira (5), às 19 horas, acompanhado do prefeito Adilson Gaboardi e de autoridades locais e da região serrana, Agostini participou da inauguração do portal e da abertura da festa.

Frisando que a data era um marco histórico para São Cristóvão do Sul, Gaboardi disse que a *Festa da Ovelha* entra definitivamente no rol das maiores festas da região serrana. Já Agostini lembrou que foi o autor da proposta de emancipação do distrito de São Cristóvão do Sul.

Alteração na Mesa da Alesc

Com a renúncia dos deputados Manoel Mota (PMDB), primeiro secretário, e Ivo Konell, quarto secretário, os parlamentares referendaram as novas indicações feitas pela bancada do PMDB. Os dois novos ocupantes das cadeiras, deputados Gelson Sorgato e Rogério Mendonça, foram eleitos em votação secreta por unanimidade. Antes, o líder do PPB, deputado Milton Sander, anunciou o apoio da bancada aos dois peemedebistas. Mota e Konell receberam os agradecimentos do presidente da Mesa, deputado Onofre Agostini (PFL), e das lideranças das bancadas com assento no Legislativo.

COMISSÕES

Epagri apresenta pesquisa na CPI do Leite

(foto Jonas Lemos Campos)

O pequeno produtor de leite de Chapecó e região foi o assunto debatido na reunião semanal da CPI do Leite, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), na qual os pesquisadores da Epagri, Márcio Mello, Vilson Testa e Dilvan Ferrari apresentaram um relatório sobre a situação destes produtores.

Segundo Mello, muitos se dedicavam anteriormente à suinocultura e agora vêm uma alternativa para utilizar os recursos de sua propriedade, ocupando mão-de-obra familiar. Com isso, a atividade leiteira na região Oeste se transforma numa das mais importantes atividades comerciais. Só no ano de 2000, 40 mil agricultores comercializaram 450 milhões de litros de leite.

Alguns pontos chamaram a atenção do presidente da CPI e do relator, deputado Afonso Spaniol (PPB). Entre eles a questão do preço cobrado pelos transporta-



Deputados Sorgato, Spaniol e Mantelli

dores do leite, que recolhem a mercadoria dos pequenos produtores e levam para os grandes compradores. Testa explicou que existe a política de preços diferenciados, pois os produtores maiores recebem mais por litro, enquanto os pequenos recebem menos.

Para evitar o êxodo rural no Oeste, a Epagri elaborou sugestões como destinar aos produtores uma *Bonificação*

Inclusória, com recursos do ICMS recolhidos sobre a comercialização de produtos lácteos, que seriam repassados às cooperativas ou outros agentes, com base na nota do produtor, para estimular a produção. Além disso, foram citados a criação de uma legislação sanitária, que permita a comercialização do leite e seus derivados com leite não pasteurizado e um estudo da logística de coleta do leite para diminuir os custos da coleta e cadastrar agricultores interessados em ingressar na produção comercial.

Brasília - No próximo dia 16 os membros da CPI estarão em Brasília participando de uma audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura Federal, a qual fornecerá dados para que o relatório final das investigações catarinenses seja concluído até o final deste mês.

CPI recebe secretário de Segurança Pública

A terceira reunião da CPI do Roubo de Cargas, ocorrida nessa terça-feira (9), contou com a participação do secretário de Segurança Pública, Antenor Chinato Ribeiro. De acordo com o presidente da CPI, deputado Manoel Mota (PMDB), a CPI quer mais detalhes sobre as investigações deste tipo de crime em Santa Catarina.

Segundo Ribeiro, alguns fatores contribuem para que as investigações não caminhem como o desejado. “Desde 1988 não podemos realizar busca e apreensão se não tivermos já com a investigação acelerada. Isso complica o processo, pois no momento que o receptor desconfiar que está sendo investigado, corremos o risco de quando formos fazer a busca e apreensão as peças ou mercadorias roubadas já não estejam lá. Em algumas situações a lei tolhe a polícia”.

O deputado Jaime Duarte (PPS) questionou o secretário a respeito do comportamento de órgãos públicos como o Detran,

que oficializou documentos de veículos roubados ou montados a partir de peças roubadas. “Precisamos tentar limpar os órgãos públicos dos funcionários corruptos. Não é de imediato que percebemos a corrupção praticada por eles e quando

ocorridos em outros estados é infinitamente maior do que aqui”.

As investigações feitas pela Deic, com colaboração das polícias Civil, Militar Rodoviária e Federal têm surtido efeito. “Já temos três focos identificados no sul do estado, outro no norte e também na BR-116. Em 2001 conseguimos recuperar mais de R\$ 7 milhões em mercadorias roubadas, prendendo 20 pessoas que pertencem ao crime organizado. Há ainda mais de 52 processos em andamento na comarca de Joinville”.

O secretário complementou que a Deic conta com uma divisão especializada em roubo de cargas, espalhadas em cidades estratégicas do Estado, que também investiga veículos roubados.

“Nossa maior preocupação é identificar e acabar com o crime organizado em Santa Catarina, seja no roubo de cargas ou desmanche de veículos”.

Na próxima reunião, dia 16, a CPI ouvirá o Procurador Geral da Justiça, Walter Zigelli, e o presidente da Copercargas.

Disque-denúncia

Uma das ferramentas que irá agilizar os trabalhos da CPI, o Disque-denúncia, já está disponibilizado. A partir de agora o número

0800-486464

servirá de elo entre a comunidade, cada vez mais ameaçada com os constantes casos de roubos de cargas e desmanches de veículos, e os integrantes da comissão.

ocorre, como foi o caso, muitas vezes já é tarde demais”, comentou Chinato.

Sobre roubo de cargas, ele foi enfático ao afirmar que o crime não acontece com tanta frequência no Estado. “Temos muitos receptores em Santa Catarina. Apuramos que o número de roubo de cargas

PLENÁRIO

Encontro de policiais femininas

O deputado Heitor Sché (PFL) registrou o *XIII Encontro da Mulher Civil Catarinense*. O evento, que acontece nos dias 12 a 14 de abril, em São Bento do Sul, visa principalmente ao aprimoramento profissional da mulher policial civil do Estado e vai reunir cerca de 600 servidoras.

Segundo Sché, este ano o encontro contará com uma série de palestras de alto nível a serem proferidas por gabaritados profissionais e dirigentes das polícias de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Mais um ex-secretário reassume cadeira

O ex-secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), João Macagnan (PFL), reassumiu vaga no Legislativo. Em sua primeira sessão plenária depois de três anos e três meses atuando como integrante do Executivo, o parlamentar fez um breve relato sobre os desafios enfrentados no período.

Dia da Paz – Macagnan registrou, em especial, o decreto assinado recentemente pelo governador determinando que todas as segundas quartas-feiras do mês será comemorado o Dia da Paz.

Segundo ele, “a intenção é que, pelo



menos um dia do mês, esse sentimento tome conta de todos nós. É preciso experimentar e viver a paz para poder promovê-la. Assim fizeram os grandes estadistas, grandes cientistas e inventores”.

Para ele a violência começa porque perdemos a noção de que estamos integralmente feitos e constituídos pelo universo, pela natureza. “O mais importante é que todos, governantes, cidadãos, quem quer que seja, estejam dispostos a dizer não à violência. O discurso da paz é antigo, árabes e judeus o fazem, oprimidos e opressores o defendem. Todos dizem agir em nome da paz”.

Mantido veto da Celesc

Os deputados mantiveram o veto parcial ao projeto de lei de origem governamental, que trata do novo modelo de gestão da Celesc, aprovado em dezembro de 2001. A parte vetada determina que eventuais participações de terceiros somente poderão ser realizadas para aumentar o capital da subsidiária integral.

Ficam criadas a Celesc Geração e a Celesc Telecomunicações. As subsidiárias integrais da Celesc serão transformadas em empresas autônomas, mediante a agregação de novos parceiros através de processo licitatório ou de leilão público, vedada a alienação de ativos operacionais. Fica mantida a Celesc que, em consequência da reestruturação societária, passará a ter como objeto

principal a atividade de distribuição e comercialização de energia para Santa Catarina.

Segundo defendeu o líder do governo na AL, deputado Joares Ponticelli (PPB), o parágrafo da emenda vetado pelo Executivo inibia o ingresso de investimentos privados nas duas subsidiárias – Celesc Geração e Celesc Distribuição.

Para o deputado João Henrique Blasi (PMBD), a supressão do parágrafo impede a integralização do capital privado ao capital social da empresa. No entanto, acredita que por enquanto a estatal permanece “a salvo da privatização”, já que isso só será possível através de lei específica a ser apresentada e aprovada pelo Legislativo.

Derrubado veto à energia elétrica alternativa

O plenário derrubou o veto total ao projeto do deputado Cesar Souza (PFL) que incentiva a geração de energia elétrica alternativa fotovoltaica, solar térmica e eólica, com vistas a proteger o meio ambiente, aumentando a eficiência, confiabilidade, produção e reduzindo custos para o consumidor.

Isto será feito, de acordo com a proposta do parlamentar, através de incen-

tivos ao aperfeiçoamento da tecnologia de produção; redução da carga tributária nas operações internas do ICMS incidentes sobre a saída dos painéis de energia solar e outros conversores de energia alternativa; promoção de campanhas de esclarecimento sobre as vantagens da energia alternativa e produção de energia alternativa ou de co-geração pela Celesc.

Internações de emergência

O deputado Narcizo Parisotto (PTB) encaminhou projeto de lei que proíbe os hospitais da rede pública e privada de Santa Catarina de exigir depósitos de qualquer natureza antecipando internações de emergência. De acordo com a proposta do parlamentar, caso venha a ser comprovada a exigência de caução, fica a instituição hospitalar obrigada a devolução do recurso em dobro. Os hospitais terão ainda que fixar em local visível a lei, caso o projeto seja aprovado na Assembléia.

Segundo o parlamentar, a proposição tem por objetivo assegurar o atendimento à população, conforme o que já está previsto na Lei de Seguridade Social. Ele lembra que em 21 de março último foi aprovado pelo Senado Federal projeto de teor semelhante, no qual é vedada a exigência de caução por parte dos prestadores de serviços contratados e credenciados. “A medida irá evitar que pacientes possam vir a ter dificuldades de atendimento por não ter dinheiro para pagamento do serviço, antes mesmo que venham a ser assistidos. É de conhecimento público que alguns estabelecimentos de saúde usam esta prática em detrimento da saúde da população”.

PLENÁRIO

Projeto cria o *Família Adotiva e Mãe Social*

Crianças e adolescentes com até 14 anos de idade, em situação de dificuldade ou risco social, e que estejam sem condições mínimas de bem estar e dignidade, incluindo alimentação, moradia, saúde e educação, poderão fazer parte do *Programa Família Adotiva e Mãe Social*, a ser criado através de projeto do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), aprovado pela Comissão de Justiça.



A Secretaria da Família fará o cadastramento das famílias interessadas em participar do programa, que receberão em casa a criança ou o adolescente, fornecendo-lhe abrigo, alimentação, educação e cuidados com a saúde, direcionando-o para o convívio saudável com a sociedade e o respeito à vida hu-

mana. Cada família poderá receber em casa de uma a cinco pessoas.

Fica garantido através do programa atendimento médico e odontológico e fornecimento de remédios através da Secretaria da Saúde, vagas nas escolas de ensino fundamental e médio pela Secretaria da Educação e a concessão às

famílias de meio salário mínimo por criança ou adolescente amparado.

Para o autor, o projeto é uma alternativa para que a criança ou adolescente, ao se separar da família, possa encontrar outro lar que permita continuar sua formação e criação. "O gasto que o Estado terá com esse programa será infinitamente menor que o gasto com o regime de internação institucional."

Conflito no Oriente Médio

O governo do Estado acompanha com muita atenção o desenrolar do conflito no Oriente Médio, pois existe a preocupação de que o agravamento da crise possa trazer prejuízos ao comércio de Santa Catarina com países daquela região. A informação é do deputado Odacir Zonta (PPB), que participou de missões comerciais catarinenses ao Oriente e ao Leste Europeu.

"O acompanhamento da situação explica-se porque as autoridades estaduais têm desenvolvido uma política voltada à conquista de novos mercados e à ampliação dos já existentes", disse Zonta. Essa nova vertente ganhou força a partir da eclosão do mal da vaca louca, em países europeus, e da febre aftosa em alguns pontos do Brasil e países vizinhos, tais como a Argentina. Como Santa Catarina não tem focos dessas moléstias (inclusive, tem status privilegiado junto aos organismos mundiais), as autoridades estaduais aproveitaram para ocupar os espaços abertos na Europa e Oriente Médio.

Credenciamento do hospital de São Domingos

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) está propondo à Comissão de Saúde a realização de uma audiência pública para debater o credenciamento do hospital municipal de São Domingos junto ao SUS. "A Secretaria da Saúde diz que já autorizou o credenciamento, mas o ato ainda não foi concretizado. E quem sofre com esse impasse é a população, pois o hospital já está equipado e não vem sendo utilizado", justifica.

Construído com recursos do município, do Estado e do governo federal, o hospital está pronto há mais de um ano, mas o atendimento gratuito à população depende do credenciamento. A própria prefeitura já contratou médicos, porém os recursos são insuficientes para man-

ter o gerenciamento.

Mais de 5 mil municípios assinaram um abaixo-assinado solicitando o credenciamento por parte da Secretaria da Saúde, documento entregue em outubro do ano passado.

Enquanto permanece o impasse, Sorgato explica que os pacientes têm recorrido à Fundação Hospitalar Beneficente Santa Marta, que atende pelo SUS. Ocorre que no mesmo prédio também funciona o Hospital São Pedro. "Mas há denúncias de cobranças irregulares em atendimentos de emergência, consultas e exames". O parlamentar propõe que a comissão reúna os responsáveis nos âmbitos estadual e municipal, bem como a direção da Fundação e do Hospital São Pedro para esclarecimentos sobre o assunto.

Prazo de doação de terras

Indicação do deputado Nilson Gonçalves (PSDB) solicita ao governador o envio de projeto de lei à Assembleia, alterando o artigo 1º da Lei nº 10.549, de 7 de outubro de 1997, concedendo a prorrogação do prazo por mais 4 anos para que o município de Itapoá possa regularizar o assentamento de todos os posseiros, pescadores e pequenos agricultores em área de terra a ser doada pelo Estado.

Por falta de recursos financeiros, a administração de Itapoá não conseguiu cumprir os requisitos constantes da Lei nº 8.542, de 29 de janeiro de 1992, que autorizou o Poder Executivo a doar o imóvel para os assentamentos. O prazo para que aquela municipalidade tomasse as



providências para regularizar a situação dos posseiros foi prorrogado duas vezes, através de leis aprovadas em 1994 e 1997. Para Gonçalves "é de fundamental importância a concessão de novo prazo, pois o assentamento em definitivo dos posseiros é medida de interesse social".

Recursos aos bombeiros

O deputado Romildo Titon (PMDB) quer esclarecimentos do governo do Estado sobre os recursos repassados à Associação de Bombeiros Voluntários do Estado (Abvesc) e à Federação Catarinense de Bombeiros (Fecabom). No último sábado (6) Titon participou da reunião da Fecabom, em Videira, na qual foi questionado a redução dos valores repassados nos últimos anos.

No pedido de informação subscrito também pelo deputado Onofre Agostini (PFL), são solicitados os valores destinados às entidades de 2000 a 2002 e os critérios adotados para sua definição. Os parlamentares querem saber por que o regulamento do ICMS isenta o tributo da Polícia Militar, quando adquire equipamentos para o Corpo de Bombeiros, e não faz o mesmo quando o material é comprado pelos próprios Fundos Municipais de Reequipamento dos Corpos de Bombeiros Militares e pelas Sociedades de Bombeiros Comunitários.

Poluição nas Praias

Com a finalidade de esclarecer, discutir e buscar soluções para a poluição das praias catarinenses, o deputado Jorginho Mello (PSDB) requereu ao presidente da Assembleia que convide os deputados membros da Comissão de Saúde e representantes do Ministério Público, da Fatma, da Casan, da Associação Catarinense de Hotéis, da Vigilância Sanitária, da Seduma, do Ibama e da Santur para participar de audiência pública. Ele sugeriu que o encontro seja realizado no dia 6 de maio, às 14h.

Publicidade do governo

A bancada do Partido dos Trabalhadores, liderada pelo deputado Afrânio Boppré, apresentou pedido de informação ao governador sobre a veiculação de anúncios publicitários do executivo no jornal Zero Hora. Os petistas querem saber quais os critérios adotados para a escolha dos órgãos noticiosos que serão contratados para divulgação da publicidade institucional e em quais deles o governo já efetuou divulgação de publicidade. Desde que data o Zero Hora vem sendo utilizado para divulgação de publicidade, quantos anúncios já foram veiculados naquele jornal e qual o valor pago pela publicação.

Redução do estômago

O deputado Jaime Duarte (PPS) está solicitando à Secretaria da Saúde que estabeleça convênio com o Hospital Municipal São José, de Joinville, para a realização de cirurgias bariátricas – redução do tamanho do estômago – através do SUS. Esse tipo de cirurgia é adotada como último recurso para salvar a vida de pacientes que sofrem de obesidade mórbida.

Parque eólico

Caso confirme condição de geração de energia, a Celesc investirá em um parque eólico em Sombrio. O anúncio partiu do deputado Valmir Comin (PPB) confirmando a instalação de um ponto de medição de ventos para levantamento do potencial eólico da região. “Além de aumentar a diversificação da matriz energética do Estado, a região terá um impacto positivo no setor turístico, agregando atividades em torno do parque”.

Proposições

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador pedindo a liberação de auxílio financeiro ao Grupo Novo Lar de Guarujá do Sul para construção de casas populares.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador requerendo cooperação financeira entre o Estado e as prefeituras de Santa Terezinha, Agrônômica e Dona Emma para construção de centros de múltiplo uso.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao secretário dos Transportes solicita a inclusão no Plano Rodoviário Estadual da rodovia Cláudio Tomaseli, trecho rodoviário que liga Guarimirim a Schroeder.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao diretor geral do DNER pedindo medidas urgentes para a conservação da BR-282, especialmente no trecho entre Xanxerê e Pinhalzinho.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao governador indagando quantas famílias receberam créditos ou títulos de terra do programa Banco da Terra, nomes e municípios onde residem e valores repassados.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) à secretária da Educação pedindo a implantação do curso supletivo de 2º grau em Bom Jardim da Serra.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao governador solicitando auxílio financeiro a Forquilha, devido ao vendaval de granizo que assolou a região em março, destruindo inúmeras construções e causando estragos nas lavouras.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao diretor do Detran solicitando a realização de concurso público para credenciamento de despachante de trânsito em Dionísio Cerqueira.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) à comunidade de Araquari cumprimentando pela passagem dos 126 anos de emancipação político-administrativa.

Deputado Manoel Mota (PMDB) à Telesc Brasil Telecom requerendo a instalação de linhas de telefonia fixa nas comunidades de Morro do Ermo, Vista Alegre e Água Branca, em Ermo.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao secretário da Segurança Pública e ao comandante geral da PM solicitando os benefícios da Lei 137/95 aos servidores destacados para a implementação do Proerd.

Deputado Valmir Comin (PPB) ao governador e ao secretário da Agricultura solicitando auxílio financeiro para Forquilha, Meleiro, Maracajá, Içara, Araranguá e Criciúma em virtude dos prejuízos causados à agricultura pelas chuvas de março.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao secretário da Agricultura indagando sobre o treinamento ministradas aos 115 auxiliares técnicos da Cidasc, contratados em caráter temporário, para fiscalizar as barreiras fitossanitárias.

Deputado José Paulo Serafim (PT) à secretária da Educação solicitando a realização de estudos para a alteração do calendário escolar estadual, transferindo o início das aulas para 1º de março.

Deputado Sandro Tarzan (PPB) ao governador solicitando a realização de estudos para viabilizar a estadualização do chamado Anel da Maçã.

Deputado João Macagnan (PFL) ao secretário da Saúde solicitando a doação de um centro de terapia intensiva infantil para o Hospital Infantil Menino Jesus, de Itajaí.

Deputado Reno Caramori (PPB) à sociedade de Papanduva parabenizando pela passagem do aniversário do município.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao governador solicitando informações sobre a contratação de estagiários ou bolsistas, estudantes de nível médio e superior em todas as secretarias do Estado, DER, Celesc e Santur.

Deputado Afonso Spaniol (PPB) ao governador sugerindo que os servidores públicos que freqüentem cursos de educação a distância pela Udesc sejam isentos de pagamento de mensalidades.

GERAL

Alesc promove congresso sobre marketing político

O plenário da Assembléia serviu de palco nessa quinta-feira para a realização do 1º Congresso de Marketing Político Para as Eleições de 2002 no Brasil.

Promovido em parceria pela Escola do Legislativo e a Coordenadoria de Pós-Graduação da UFSC, o evento foi aberto pelo presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), e reuniu cerca de 50 mestrandos e doutorandos, além de jornalistas e lideranças políticas, sob a coordenação do professor Paulo Maya.

Depois de uma breve preleção de Pinto da Luz, com enfoque sobre o papel da UFSC, em seus 42 anos de existência, no contexto sócio-político catarinense, o jornalista da Rede Globo, Alexandre Garcia, ofereceu um breve resgate da história política e econômica do país, chegando a definir o perfil atual do eleitorado. Ele disse que a sociedade brasileira teve seis grandes frustrações durante a transição da ditadura militar para a democracia. O naufrágio da campanha *Diretas Já*, a morte de Tancredo Neves e a consequente ascensão do atual senador José Sarney (PMDB) à presidência. Sarney figurou como protagonista do primeiro plano econômico, o Cruzado, fracassando poucos meses depois e desencadeando outros desacertos na política econômica até o fim do seu mandato.

A Constituição de 1988 também integra a lista de frustrações até os dias de hoje. Mas o grande divisor na formação política eleitoral da sociedade brasileira foi a decepção Fernando Collor de Mello.



Alexandre Garcia, jornalista da Rede Globo

Primeiro eleito pelo voto direto após vinte anos e o primeiro a ser tirado da cadeira num processo de impeachment. "Precisou um maluco ingressar no poder para a nação tirá-lo do poder como um país de Primeiro mundo cansado de ser considerado de Terceiro".

Fora do ar - O debate que seguiu-se à palestra de Garcia reuniu lideranças do PSC, PST, PFL e PT. Ao responder o questionamento do representante petista sobre o grau de manipulação dos meios de comunicação, Garcia esquentou o clima do debate ao pedir que a TV Assem-

bléia parasse de transmitir ao vivo. "Não tenho permissão da Globo para isso", justificou. Ele brindou os presentes com o relato de alguns acontecimentos durante os dois debates entre Lula e Collor, mediados pelo jornalista. O evento continua nesta sexta-feira com painéis e palestras com o presidente do Instituto Político Estratégico Brasileiro, Valmir Azevedo, os professores de Jornalismo e de Informática e Estatística da UFSC, Áureo Moraes e Frederico Alvarez, respectivamente, e o presidente da Capsoft, Álvaro Lins.

Brasília

BR-101 Sul

Audiência pública, ocorrida nessa quarta-feira (10) em Brasília, que divulgou os estudos e circunstâncias que envolverão a duplicação do trecho sul da BR-101, deixou otimista a Comissão de Acompanhamento que esteve na Capital Federal.

De acordo com o deputado Manoel Mota (PMDB), todas as etapas detalhadamente apresentadas e as demonstrações de boa vontade das autoridades responsáveis pela obra foram fundamentais para que os representantes do sul do Estado saíssem satisfeitos.

Mota relatou que os três senadores de Santa Catarina estiveram presentes. As quase 60 empresas interessadas na obra puderam fazer questionamentos aos representantes do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), pois os trabalhos apresentados visavam informar, esclarecer, tirar dúvidas, recolher críticas e sugestões como forma de mostrar a importância do empreendimento e evitar qualquer tipo de desinformação.

Agenda

Dia 15, às 15 horas – Reunião administrativa da CPI dos Contratos

Local: Sala das Comissões

Dia 16, às 17 horas – Reunião da CPI do Roubo de Cargas e Veículos para ouvir o procurador-geral de Justiça, José Galvani Alberton, e o presidente da Coopercargo

Local: Sala das Comissões

Dia 16, às 19 horas – Retratos de Santa Catarina – Salete

Local: Hall da Alesc

Dia 17, às 21 horas – Debate ao vivo pela TVAL tendo como tema o índio